



# COLÉGIO LUIZA DE MARILLAC

EXTERNATO POPULAR SÃO VICENTE DE PAULO

Rua Voluntários da Pátria, 1.653 - Santana - São Paulo - CEP: 02011-300

Tel/fax: 2226-6161 - www.marillac.g12.br - marillac@marillac.g12.br

---

## **A República Populista no Brasil (1946-1964)**

Ainda com Getúlio no poder, os partidos políticos começaram a se organizar. O PSD, Partido Social Democrático, que se tornou a agremiação política majoritária durante a República Populista, foi fundado em 1945, no Rio de Janeiro, segundo orientações de Getúlio Vargas, a partir das interventorias estaduais. Era um partido conservador, porta-voz dos latifundiários e empresários industriais beneficiados pela ditadura varguista.

A UDN, União Democrática Nacional foi, segundo Temístocles Cavalcanti, “um partido de intelectuais, idealistas, onde existiam numerosos professores, alguns proprietários urbanos, com linhas aristocráticas inconciliáveis com os movimentos de massas.” A UDN pregava o estímulo ao capital estrangeiro e o controle de emissões monetárias, bem como a preservação da livre iniciativa. Uma das características da UDN era o antigetulismo.

O PTB, Partido Trabalhista Brasileiro, fundado por Getúlio Vargas, visava reunir as massas trabalhadoras urbanas dentro de um quadro de reivindicações populares que atendem às esperanças dessas massas, acostumadas a ver, na legislação social de cunho progressista, razões bastantes para a melhoria de suas condições econômicas.

O PTB foi criado a partir dos sindicatos, e seus líderes eram controlados pelo Estado por meio do Ministério do Trabalho. É evidente que esses partidos estavam divididos em várias alas, dependendo dos interesses em jogo ou dos conchavos políticos. A grande novidade foi a legalização do Partido Comunista do Brasil, o qual se preparava para disputar o pleito presidencial. Outras agremiações menores surgiram, aproveitando a onda legalizadora.

Em 2 de dezembro de 1945 foram realizadas as eleições. O PSD concorria com o general Eurico Gaspar Dutra, e a UDN tinha como candidato o brigadeiro Eduardo Gomes, o Partido Comunista do Brasil lançou como candidato o desconhecido Yedo Fiúza. O PTB para impedir a vitória da UDN apoiou o general Dutra.

Dutra venceu a eleição, com 55,39% dos votos, Eduardo Gomes ficou em segundo lugar com 34,74%. A Assembléia Nacional Constituinte teve como grande vencedor o PSD que conseguiu 54% dos votos, a UDN 26%, o PTB 7,5%, os comunistas 7,5% e os demais partidos 7,3%.

### **• O Governo Dutra (1946-1951)**

O primeiro problema enfrentado por Dutra foi o da composição de seu ministério. Apoiado por forças heterogêneas, Dutra encontrou dificuldades para “acomodar” os diversos grupos que contribuíram para sua vitória.

A partir de 5 de fevereiro de 1946, sob a presidência de Fernando de Melo Viana, iniciam-se os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Sobre a sua composição, eis a serena exposição do jurista baiano Aliomar Baleeiro:

“Representantes de uma elite saída das classes beneficiadas pela situação atual. Se se fizer um inquérito a respeito da composição social e profissional desta Assembléia, verificaremos que todos nós, ou pelo menos nossos parentes saímos das classes agrárias (...)”

Em outras palavras, a maioria dos membros da Assembléia Nacional Constituinte representava os interesses das classes dominantes. Sendo assim, a Constituição de 1946 só poderia ter um caráter conservador. Apesar disso, graças à influência de uma minoria esquerdista, comunistas, socialistas e liberais reformistas, fixou-se um sistema progressivo de tributação com taxas mais altas para os que tinham maiores rendas.

A Constituição de 1946 manteve a estrutura de propriedade da terra, um poder Executivo forte e a organização corporativa dos sindicatos. O ponto positivo foi o estabelecimento de eleições diretas em todos os níveis e também a livre manifestação do pensamento. Outras características da Constituição:

- República Federativa, representativa e presidencialista;
- Três poderes, sendo o legislativo bicameral, Senado e Câmara dos Deputados;
- Eleitores maiores de 18 anos, menos soldados, cabos e analfabetos;
- Mandato presidencial de cinco anos.

A nova Constituição, evidentemente, não resolveu os graves problemas econômicos e sociais. O custo de vida aumentava, faltavam moradias, e certos gêneros alimentícios de primeira necessidade escasseavam. Os protestos populares eram dissolvidos à bala, jornais eram fechados e milhares de pessoas acabavam sendo presas. O governo Dutra mostrava-se conservador e repressivo, confundindo propositalmente, movimento grevista com movimento comunista.

Com o fim da Segunda Guerra, graças às exportações, o Brasil acumulava grandes reservas de divisas na Europa e nos EUA. Com a extinção do controle cambial, as importações aumentaram enormemente. Brinquedos, eletrodomésticos, automóveis, bebidas, bugigangas, de toda espécie foram importados, exaurindo em pouco tempo, as divisas disponíveis.

Difícil foi a cobrança da dívida dos britânicos. O Brasil acabou fazendo uma série de acordos desvantajosos. Recebeu pequenos pagamentos em dinheiro, além de uma série de equipamentos obsoletos para ferrovias, por exemplo, a estrada de ferro Leopoldina Railway.

Nesse período, a economia brasileira aumentou sua dependência externa, tanto em termos financeiros quanto tecnológicos. Dependendo cada vez mais de empréstimos externos, os governantes passaram a direcionar a nossa economia de acordo com os interesses do capital estrangeiro. Por recomendação da Comissão Mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos, durante o governo Dutra foi elaborado o programa SALTE, Saúde, Alimentação, Transporte e Energia, o qual, em cinco anos deveria resolver os mais graves problemas desses setores. Os resultados foram modestos, devido à falta de recursos financeiros, e à desorganização administrativa.

Na política externa, Dutra atrelou ainda mais o Brasil aos EUA. Como reflexo dessa subordinação aos EUA, o governo Dutra rompeu reações diplomáticas com a URSS. O pretexto não poderia ser mais banal. Soares Pina, secretário da Embaixada Brasileira em Moscou, completamente embriagado, depredou um bar. As autoridades russas o prenderam e exigiram uma indenização. O governo brasileiro, sentindo-se ultrajado, rompeu relações diplomáticas com os soviéticos, inserindo o Brasil no contexto da Guerra Fria.

Internamente o reflexo dessa política foi o fechamento do PCB, com a cassação dos políticos eleitos por essa legenda, alegou-se que o PCB era um “agente de Moscou”, ou seja, um partido que defendia os interesses da URSS, na época da Guerra Fria com os EUA.

Dutra foi incapaz de formar lideranças políticas novas e preparadas para a redemocratização. Por essa razão, Vargas retornou triunfante por meio das eleições.

- **Governo Vargas (1951-1954)**

Em 1950, tendo como vice Café Filho, Getúlio Vargas venceu as eleições presidenciais com certa facilidade, derrotando Eduardo Gomes, UDN, e Cristiano Machado, PSD. Ao assumir, Vargas formou o Ministério levando em consideração as forças políticas presentes no Congresso Nacional, bastante conservador, e coube ao PSD a maioria das pastas. Até o udenista pernambucano João Cleofas foi contemplado com o Ministério da Agricultura, o PTB que tanto lutara pela volta de Getúlio ficou apenas com o Ministério do Trabalho.

Apesar da composição de seu ministério, Getúlio enfrentava uma cerrada oposição orquestrada pela UDN, por setores militares e significativa parcelas da classe média, dos latifundiários e, sobretudo da burguesia ligada ao capital estrangeiro. A grande imprensa, O Estado de S. Paulo, O Globo, Tribuna da Imprensa, atacava sistematicamente o governo. Carlos Lacerda, no jornal Tribuna da Imprensa, escrevia artigos inflamados contra Vargas.

O nacionalismo de Vargas consistia na reserva das áreas prioritárias da economia brasileira às empresas estatais e ao capital nacional. Ao contrário do que muitos pensam, Getúlio não era contra a entrada de capital estrangeiro, desde que ele ficasse restrito a áreas não prioritárias e sob o controle do Estado.

O problema do petróleo era debatido no Brasil desde a década de 1920, apesar de técnicos estadunidenses afirmarem, depois de “diversos estudos” que não existia petróleo no Brasil. Apesar disso em 1938 foi descoberto o primeiro poço de petróleo, na Bahia, que ganhou o nome de Lobato em homenagem a Monteiro Lobato, um dos grandes entusiastas da busca pelo petróleo em solo nacional.

Com a volta de Getúlio ao poder a luta pelo petróleo ganhou nova força. Em 1953 foi criada a Petrobrás responsável pelas pesquisas sobre a existência de potenciais combustíveis no solo brasileiro. Vargas organizou a Companhia Vale do Rio Doce, criou a Eletrobrás, o Serviço Social Rural, o Seguro Agrícola, o Banco Nacional de Desenvolvimento, BNDE, protegeu a indústria nacional, promoveu o desenvolvimento rodoviário, a expansão do crédito, o fomento à agricultura e à pecuária. Nessa época ocorreu também a expansão da Companhia Siderúrgica Nacional, de Volta Redonda.

O Ministro do Trabalho, João Goulart, aumentou o salário mínimo em 100%. As reações negativas foram muitas, Getúlio acabou demitindo o ministro, mas não alterou o aumento.

No dia 5 de agosto de 1954, uma tentativa de assassinato de Carlos Lacerda, que depois se descobriu fora feita a mando de Gregório Fortunato, segurança de Getúlio criou uma enorme crise no governo.

A oposição exigiu a renúncia do presidente. Depois de muitas negociações Vargas prometera a UDN que iria se licenciar, mas quando a oposição já festejava a vitória Getúlio deu um último golpe na oposição, na manhã de 24 de agosto de 1954 Vargas suicidou-se com um tiro no peito.

O suicídio provocou uma violenta revolta popular. O povo principalmente os humildes choraram a morte do presidente. Em diversas capitais, sedes de jornais e emissoras de rádio que atacavam sistematicamente Getúlio foram depredadas pela fúria popular. Os inimigos de Vargas tiveram de desaparecer por algum tempo, para não serem linchados. De fato, o suicídio acabou com a festa dos golpistas. Morto, o velho caudilho continuava a atemorizar seus adversários. A sua morte retardou a tomada do poder pelos militares, o que ocorreu dez anos depois, com o golpe de 1964.

Com o suicídio de Vargas, Café Filho, seu vice acaba assumindo o governo. Conservador, adepto do capital estrangeiro, Café Filho convida para seu ministério um grupo de personalidades igualmente conservadoras.

Durante o seu curto mandato, Café Filho é manipulado pelos udenistas e, em especial, por Carlos Lacerda, interessados em destruir as leis protecionistas de Vargas, particularmente no tocante à questão do petróleo. No entanto, apesar do seu esforço,

ele não conseguiu seu intento. Como prêmio de consolação, seu governo decretou a Instrução número 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), facilitando a remessa de lucros das empresas estrangeiras ao exterior.

O ministro do Exterior da gestão Café Filho era Raul Fernandes, um aliado dos norte-americanos. Para ele, o que era bom para os Estados Unidos era bom para o Brasil. Só que, infelizmente para o povo, nem tudo o que era bom para os Estados Unidos era o melhor para o Brasil.

Em 1955, foram realizadas eleições presidenciais: a UDN lançou, como candidato, o general Juarez Távora, antigo revolucionário da década de 1920, que dera uma guinada para a direita; o PSP, Partido Social Progressista, escolheu Adhemar de Barros; o PRP, Partido de Representação Popular, escolheu Plínio Salgado, antigo líder integralista. O PSD e o PTB uniram-se lançando o ex-governador de Minas Gerais, Juscelino Kubistchek, PSD como candidato a presidente e o gaúcho João Goulart, PTB como vice. JK e Jango venceram com dificuldades, 36% dos votos.

A UDN e setores militares tentaram impedir a posse de JK, alegando que ele não obtivera maioria absoluta. Acontece que a Constituição não exigia a maioria absoluta. Mais uma vez derrotada a UDN, por meio de seu expressivo líder, Carlos Lacerda, tentava impedir a posse de JK e Jango.

Naqueles dias agitados, Café Filho sofreu um ataque cardíaco e pediu afastamento. De acordo com a Constituição o poder foi entregue a Carlos Luz. Na cerimônia de enterro do general Canrobert Pereira da Costa, o coronel Jurandir Bizarria Mamede discursou pedindo, em nome da "Cruzada Democrática", que as Forças Armadas a darem o golpe para impedir a posse de JK. O ministro da Guerra, general Lott, exigiu que o coronel Mamede fosse punido, porém Loto é quem acabou demitido.

Com o apoio dos oficiais nacionalistas, Lott desencadeou o Movimento de 11 de Novembro de 1955, depondo Carlos Luz. O Congresso elegeu Nereu Ramos presidente provisório do Brasil. No dia 21 de Novembro, Café Filho manifestou vontade de voltar ao poder, pois já estava bem de saúde. Novamente no cargo de ministro da Guerra, Teixeira Lott ordenou que suas tropas invadissem as ruas do Rio de Janeiro. Em sessão extraordinária, o Congresso Nacional incapacitou Café Filho ao exercício do cargo.

- **Governo Juscelino Kubitschek (1956-1961)**

Em 31 de janeiro de 1956, JK assumiu a Presidência da República, procurando colocar em prática o lema de sua campanha, **"50 anos de progresso, em 5 anos de governo"**. Esse período ficou conhecido como "anos dourados."

O ministério formado por JK era bastante moderado, preponderantemente com os políticos da PSD, para o desespero dos udenistas, o general Teixeira Lott foi mantido no ministério da Guerra. JK adotou uma política desenvolvimentista, acelerando a expansão industrial e abrindo as portas do país para a entrada, em larga escala, do capital estrangeiro.

O programa de metas beneficiou enormemente a indústria de bens de consumo duráveis, principalmente automóveis e eletrodomésticos. Em relação aos automóveis e caminhões a primeira tentativa de construção de motores no Brasil foi realizada pela Fábrica Nacional de Motores, com a tecnologia da Fiat, que é italiana. JK para facilitar a implantação de fábricas no Brasil, concedeu isenções fiscais e medidas cambiais favoráveis, o que vinha ao encontro dos interesses estrangeiros. Diversas empresas instalaram-se no Brasil, a Ford, a GM, Willys-Overland, todas estadunidenses; a Volkswagen e a Mercedes-Benz, alemã; a Simca, francesa e a Toyota japonesa; a Scania sueca, entre outras companhias.

Os veículos se multiplicaram, novas estradas foram abertas, outras asfaltadas. A indústria de autopeças apresentou um surto notável de crescimento. O Brasil, apesar da dependência externa, estruturou-se industrialmente.

No plano político, o grande destaque da gestão de Juscelino foi a garantia das mais amplas liberdades democráticas. Mesmo seu governo tendo de enfrentar as rebeliões militares de Jacareacanga e de Aragarças, ocorridas, respectivamente no início e no fim de sua gestão, conseguiu realizar um governo politicamente estável

Aproveitando a onda de liberdade de imprensa, políticos da UDN, por meio de vários periódicos, notadamente O Estado de S. Paulo, Tribuna da Imprensa, Revista Maquis, entre outras, atacavam o presidente e seus assessores. Porém JK manteve seu estilo otimista, sem dar muita importância aos ataques de seus adversários.

De 1956 até 1958, JK enfrentou, com relativo sucesso, as diversas crises que se abateram sobre o seu governo. A partir de 1958, as altas taxas de inflação, o descontentamento popular, a dívida externa e as dificuldades de levar a cabo o Programa de Metas começavam a obscurecer o otimismo desenvolvimentista.

Em junho de 1959, JK rompeu com o Fundo Monetário Internacional, FMI, o que lhe permitiu colher alguns dividendos políticos, numa época de crise. Naquele ano, ocorreram 65 greves, o que indicava uma crescente insatisfação do proletariado. No Nordeste, intensificaram-se as atividades das Ligas Camponesas e dos sindicatos rurais, o que levou o governo a criar a Sudene, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, para efetuar uma série de reformas, visando impedir a radicalização das lutas sociais.

Em 21 de abril de 1960, JK inaugurou Brasília, projeto de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, transferindo a capital para o Planalto Central. Apesar de todo indiscutível crescimento econômico de sua gestão, JK não conseguiu eleger seu sucessor, o general Teixeira Lott. Aproveitando-se da inflação e do descontentamento popular, o oposicionista Jânio Quadro venceu o candidato oficial.

- **Governo Jânio Quadros (1961)**

Jânio foi a sensação das eleições de 1960. Apresentou-se como moralizador da política nacional, prometendo varrer a bandalheira, acabar com a corrupção e a ineficiência administrativa. Com seus discursos vibrantes, gestos teatrais e hábitos populares, Jânio Quadros era a grande esperança do povo brasileiro, que sonhava com dias melhores.

Apesar de representar os setores mais reacionários da sociedade, Jânio tinha a favor de si uma série de fatores: era jovem, bom orador, fizera um bom governo em São Paulo e fazia muitas promessas agradando tanto a direita quanto certos setores da esquerda. Por isso tudo a votação de Jânio teve voto de todas as classes sociais. O vice eleito foi João Goulart, candidato a vice da chapa de oposição a Jânio.

O ministério formado por Jânio tinha conservadores, reacionários, liberais e golpistas de todos os matizes. Com exceção de Pedroso d’Horta e Afonso Arinos de Melo Franco, a maioria dos outros ministros, era composta por políticos de pequena projeção nacional.

No dia da posse, Jânio fez críticas contundentes à gestão anterior, alegando que herdara um país endividado. De fato Jânio enfrentou problemas complexos, como a inflação galopante e uma séria crise financeira. Sua política de austeridade – congelamento de salários, restrições de crédito, cortes de subsídios federais, desvalorização do cruzeiro, o que acabou provocando um desencanto popular com a figura de Jânio.

Jânio tentou moralizar o funcionalismo público, estabelecendo horários rígidos e demitindo funcionários “fantasmas” que “trabalhavam” em várias repartições. Em seu mandato, Jânio procurou controlar os sindicatos e não hesitou em reprimir os protestos camponeses no nordeste. O fato mais significativo da gestão de Jânio Quadros foi a adoção de uma política externa independente, aproximando o Brasil dos países do bloco socialista, abrindo amplas perspectivas de comércio com esses países, o que acabou gerando críticas dos EUA, contrários ao regime cubano.

Além dos assuntos concernentes ao cargo, Jânio Quadros, diariamente enviava “bilhetinhos” aos seus subalternos e tomava pequenas decisões que se tornaram famosas: regulamentou o tamanho dos maiôs das misses, proibiu os biquínis nas praias, as corridas de cavalo em dias úteis, as rinhas de galos e o lança-perfume.

O governo enfrentava a oposição udenista, uma vez que o partido passara para a oposição no Congresso Nacional. A situação ficou pior quando Jânio condecorou com a Ordem do Cruzeiro do Sul, Che Guevara, líder revolucionário em Cuba. As pressões desabaram sobre sua cabeça, como era esperado. A direita não admitia mais qualquer desvio de seu projeto político e econômico. E a atitude de Jânio era uma afronta, até porque significava uma libertação do controle udenista. No dia 24 de agosto de 1961, em um programa de televisão Carlos Lacerda acusou Jânio de conspirar para obter poderes excepcionais. No dia seguinte, Jânio renunciou. Segundo ele, a intenção era esperar um clamor popular, ou mesmo do exército para voltar, e, para que isso ocorresse impor uma série de exigências. Porém não foi o que ocorreu, a população não se mobilizou e, teoricamente o poder seria entregue ao vice, João Goulart, que estava na China, em viagem diplomática, tão logo retornasse ao país. Enquanto Jango não voltava, o poder foi entregue ao presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli.

- **O governo João Goulart (1961-1964)**

Quando Jânio renunciou, o vice-presidente, João Goulart, encontrava-se em missão diplomática na China comunista. Ao que parece, Jânio enviara Goulart ao país comunista para afastá-lo do cenário político.

Cinco dias após a renúncia de Jânio os ministros militares posicionaram-se contra a posse de Jango. Eram contra a posse de Jango os setores reacionários das Forças Armadas e do Congresso Nacional, bem como aqueles que de uma forma ou de outra, estavam ligados ao capital estrangeiro. Acontece, porém, que setores políticos, militares e populares eram favoráveis à posse de João Goulart, o que provocava um sério impasse.

O movimento da legalidade, posse de Jango, concentrou-se no Rio Grande do Sul, liderado pelo governador Leonel Brizola. Da Europa, Jango afirmou que assumiria a qualquer custo. Até o exército ficou dividido. Enquanto o general Lott foi preso por exigir o cumprimento constitucional de dar posse ao vice-presidente, e o chefe do III Exército general Machado Lopes, aderiu ao movimento legalista, os ministros militares insistiam em fazer oposição. A legalidade, porém, ganhou o apoio de outros Estados, Paraná e Goiás, e gerou um clima de guerra civil, a direita, mais uma vez recuou.

Jango assumiu, mas com poderes limitados, pois o Congresso aprovara uma emenda constitucional que estabelecia o sistema parlamentarista de governo. Ao assumir o governo João Goulart lançou-se à tarefa de formar um ministério moderado. Esse gabinete era chefiado por um hábil político do PSD, Tancredo Neves. Nos primeiros meses de governo, Goulart saiu-se muito bem, equilibrando-se entre as forças de esquerda e de direita.

Nas eleições de 1962, os candidatos de Goulart perderam em Estados importantes, na Guanabara, vitória de Carlos Lacerda; São Paulo, Adhemar de Barros; Minas Gerais, Magalhães Pinto.

Por meio de um plebiscito voltou-se ao presidencialismo. Com os poderes concentrados em suas mãos Jango deu ênfase na questão agrária, procurando melhorar a vida dos operários e dos camponeses, lutando contra as multinacionais e as forças que se opunham à sua política. No plano externo, Goulart tentou adotar uma política independente dos EUA. No Nordeste as Ligas Camponesas lideradas por Francisco Julião, amedrontavam alguns segmentos da sociedade brasileira. A oposição a Jango era ampla, em vários setores da sociedade brasileira, quem fazia oposição era:

- Amplos setores das Forças Armadas, que temiam o avanço dos comunistas;
- Significativos setores da Igreja Católica;
- Empresários profissionais liberais e grande parte da classe média;

- Latifundiários, que temiam a reforma agrária;
- Pessoas ligadas ao capital estrangeiro.

Nessa época a Guerra Fria estava no apogeu. A política externa independente do governo João Goulart não agradava aos EUA, por isso o apoio dessa grande potência capitalista aos adversários de Jango. Pressionado pelos radicais do PTB, por comunistas e socialistas, pela Confederação Geral dos Trabalhadores, CGT, e pelos camponeses, Goulart anunciou as Reformas de Base. Porém para concretizar tais reformas, muitos interesses seriam atingidos, daí as reações contra Goulart. A questão da reforma agrária, por exemplo, suscitava os mais acirrados debates e controvérsias. Todos os partidos, em princípio eram a favor de mudanças em nossas arcaicas estruturas agrárias, mas a maneira de executá-las é que variava.

A direita, mais bem organizada, contando com enormes recursos e o apoio de emissoras de rádio e TV, e grandes jornais, O Estado de S. Paulo, O Globo, Diário de São Paulo, entre outros, soube tirar proveito das vacilações do governo. Importante também destacar que o fantasma do comunismo foi usado para atacar o governo democrático burguês de João Goulart. Surgiram várias organizações anticomunistas para combater a ameaça comunista que se avizinhava.

A cada dia, o descontentamento acentuava-se dentro das Forças Armadas contra o governo Goulart. Ao colocar-se a favor de um motim de marinheiros que protestavam contra a punição de 11 diretores da associação do ministério da Marinha, por motivos disciplinares, Goulart atraiu para o governo uma série de críticas. Em 30 de março Goulart discursou no Automóvel Clube, do Rio de Janeiro, diante de dois mil sargentos, respondendo às críticas a ele feitas pelos oficiais das Forças Armadas, no incidente dos marinheiros. No dia 31 de março de 1964, desencadeou-se o movimento militar que derrubou João Goulart. Segundo o professor e cientista social, Octávio Ianni, o golpe militar de 1964, destinava-se a efetivar os seguintes objetivos:

- Afastar o risco da tomada do poder pela esquerda ou por grupos nacionalistas exaltados;
- Controlar as conseqüências negativas da inflação, restaurando o seu caráter de técnica de poupança monetária forçada, inflação de rendimentos, e liquidando os mecanismos, política de massa, que a fazem funcionar como inflação de custos;
- Reintegrar o Brasil no sistema capitalista mundial, segundo a determinação da estratégia baseada na geopolítica, formulada com fundamento na hegemonia dos EUA e na hipótese de futura guerra geral;
- Finalmente, e em síntese, restaurar a integridade dos poderes políticos e econômicos, parcialmente dissociados nos últimos anos de vigência da democracia populista.

## História do Brasil – Colônia

- 1500 – Chegada dos portugueses no contexto das grandes navegações
- **Ciclos econômicos:**
  1. Século XVI: **Pau-brasil:** Não fixa o português na terra, não garante a posse
  2. Século XVII: **Açúcar:** Produção em larga escala, latifúndio, escravidão, monocultura;
  3. Século XVIII: **Ouro:** Interiorização do território;
  4. Século XIX: **Café:** Mudança do eixo econômico do norte para o sul.
- 1534: Sistema de capitanias hereditárias, apenas duas dão certo: Pernambuco e São Vicente;
- Início da escravização africana no Brasil;
- 1548: Tomé de Souza: Primeiro Governo Geral;
- 1555: França Antártica, no RJ – Expulsos apenas em 1567;
- 1594 – França equinocial, em São Luis, atual capital do Maranhão – Expulsos em 1615;
- 1580 – 1640: União Ibérica;
- 1630 – Invasão Holandesa em Pernambuco;
- 1630 – Movimento bandeirante em São Vicente, São Paulo e Santana do Parnaíba;
- Dois tipos de expedição bandeirante: Apresamento indígena – procura por minerais preciosos;
- 1645-55 – Insurreição pernambucana, movimento de expulsão dos holandeses;
- 1693: Descobertas das primeiras jazidas de minerais em MG;
- Revolta de Beckman no Maranhão
- 1708: Guerra dos Emboabas;
- 1710: Guerra dos Mascates;
- 1720: Revolta de Filipe dos Santos
- 1750: Tratado de Madrid; reconhece a presença luso-brasileira em grande parte da região a oeste do Tratado de Tordesilhas;
- 1777: Tratado de Santo Idelfonso: Reconhece direito espanhol sobre os Sete Povos das Missões;
- 1789: Inconfidência mineira;
- 1798: Conjuração baiana;
- 1808: Família Real Portuguesa no Brasil;
- 1815: Congresso de Viena: Brasil Reino Unido a Portugal;

- Brasil anexa província Cisplatina, (Uruguai)
- Revolução pernambucana;
- 1818: Coroação de D. João VI;
- 1821: Regresso da Família Real Portuguesa para a Europa;

### **Brasil I Império (1822-1831)**

- 9 de janeiro, dia do Fico – 7 de setembro: Grito do Ipiranga;
- 1824: Outorga da Constituição, que cria o Poder Moderador, exercido pelo Imperador;
- 1824: Confederação do Equador;
- 1825-28 Guerra de Independência da Província Cisplatina;
- 1826: D. Pedro I, abdica ao trono português em favor de sua filha;
- 1828: Falência do Banco do Brasil;
- 1831: D. Pedro I abdica do trono em favor de seu filho

### **Período Regencial (1831-1840)**

- Período de agitação social e possibilidade real de fragmentação territorial;
- 1835: Revolta: Cabanagem no Pará;
- 1836: Revolta dos Malês, em Salvador;
- 1837: Revolta da Sabinada, em Salvador;
- 1838-41: Balaiada, no Maranhã
- 1835-45: Guerra dos Farrapos;
- Receio de perda de poder político faz com que a elite agrária e a burguesia urbana aprove o “golpe da maioria”.

### **Brasil II Império (1840-1889)**

#### **1ª Fase (1840-1850)**

- 1842: revoltas liberais, em MG e SP, contra a centralização política;
- 1844: Tarifa Alves Branco: fim do privilégio inglês nas taxas alfandegárias;
- 1847: Parlamentarismo “as avessas”;
- 1848: Revolução praieira.

#### **2º Fase: (1850-1870)**

- 1850: Lei de Terras
- 1850: lei Eusébio de Queirós;
- Década de 1850, “Gabinete da Conciliação”;
- Início da industrialização brasileira;
- 1862-65: Questão Christie (1863, rompimento das relações – 1865: reatamento das relações);
- 1864-1870: Guerra do Paraguai;

#### **3ª Fase (1870-1889)**

- 1870: Manifesto Republicano;
- 1871: lei do Ventre Livre;
- 1872: Questão religiosa, proibição de maçons na Igreja, Imperador ignora determinação papal;
- 1883: Questão militar;
- 1885: Lei dos Sexagenários;
- 1888: Lei Áurea, Abolição da escravatura;
- 1889: Proclamação da República.